



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS



ELENILZA PEREIRA DE SOUSA

Ecocrítica e Literatura Infantil: uma análise de *A Grande Enchente* e
Sagatrissuinorana

Uberlândia

2026

ELENILZA PEREIRA DE SOUSA

Ecocrítica e Literatura Infantil: uma análise de *A Grande Enchente* e
Sagatrissuinorana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Letras e Linguística da Universidade Federal
de Uberlândia, como requisito parcial para aprovação
na disciplina TCC II.

Área de concentração: Literatura

Orientador: Prof. Dr. Pedro Afonso Barth

Uberlândia

2026

Ecocrítica e Literatura Infantil: uma análise de *A Grande Enchente* e *Sagatrissuinorana*

Elenilza Pereira de Sousa¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo comparar as obras *A Grande Enchente* de Sergio Caparelli e *Sagatrissuinorana* de João Luiz Guimarães, analisando as representações do meio ambiente e da exploração ambiental a partir dos tropos ecocríticos e de elementos narrativos da literatura infantil. Além disso, busca-se investigar de que modo essas narrativas podem contribuir para a formação ética dos leitores frente aos impactos ambientais contemporâneos. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos de Zilberman (2014), Coelho (1982), Garrard (2006), Debus e Debus (2018), Guattari (1990), Lima (2024) e Aguiar (2022). A análise evidencia a presença dos tropos do mundo natural e do apocalíptico, bem como o potencial formativo dessas obras enquanto instrumentos de construção de sentido, orientados pelas três ecologias — social, mental e ambiental —, promovendo consciência crítica e responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Tropos Ecocríticos. Impactos Ambientais.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo comparar las obras *A Grande Enchente* de Sergio Caparelli y *Sagatrissuinorana* de João Luiz Guimarães, analizando las representaciones del medio ambiente y la explotación ambiental desde la perspectiva de los tropos ecocríticos y los elementos narrativos de la literatura infantil. Además, busca investigar cómo estas narrativas pueden contribuir al desarrollo ético de los lectores frente a los impactos ambientales contemporáneos. El marco teórico se basa en los estudios de Zilberman (2014), Coelho (1982), Garrard (2006), Debus y Debus (2018), Guattari (1990), Lima (2024) y Aguiar (2022). El análisis destaca la presencia de tropos del mundo natural y lo apocalíptico, así como el potencial formativo de estas obras como instrumentos de construcción de sentido, guiados por las tres ecologías —social, mental y ambiental—, promoviendo la conciencia crítica y la responsabilidad socioambiental.

Palabras-clave: Literatura Infantil. Tropos Ecocríticos. Impactos Ambientales.

Introdução

O Brasil, como país em desenvolvimento, destaca-se no cenário internacional pela ocorrência de desastres ambientais ocasionados, em grande parte, pela ação humana. Ao mesmo tempo, possui importantes recursos naturais, como dois grandes aquíferos e a maior floresta tropical do mundo, o que o coloca no centro das atenções quanto à responsabilidade na gestão desses recursos, à participação em debates internacionais e à promoção de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, a literatura tem desenvolvido reflexões ambientalistas, deixando de apenas descrever o meio em que se vive para assumir um papel de denúncia político-social e moral. É importante ressaltar que a literatura, enquanto manifestação artística, não possui a obrigação de assumir funções moralizantes ou pedagógicas. Entretanto, conforme aponta Candido (2000), as

¹ Graduanda no curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia – MG – Brasil. 38408-100

obras literárias refletem as estruturas, os valores e as ideologias da sociedade em que se inserem, estabelecendo diálogo constante com o contexto social e histórico. Por isso, torna-se profícuo analisar obras endereçadas às crianças que abordem temáticas ambientais.

Quando falamos de literatura infantil, geralmente pensamos em obras que acompanham uma faixa etária específica e, ao relacioná-las com a temática do meio ambiente, acreditamos que elas cumprem um papel panfletário e pedagogizante. Esse imaginário surge da própria construção literária e das narrativas endereçadas ao público infantil. Como esclarece Regina Zilberman (2014), no século XIX, com as influências europeias nos moldes de escrita e com o advento do ensino básico, viu-se a necessidade de produzir material para a instrução desse público: “nem todas essas obras restringiam-se à sala de aula, e algumas tornaram-se a leitura favorita de nossos tataravôs. Um dos mais difundidos foi Olavo Bilac (1865–1918), cujas poesias foram recitadas e memorizadas por várias gerações” (Zilberman, 2014, p. 18).

Logo, a literatura infantil não se limita a um texto adaptado a crianças – ela cumpre o papel essencial de abordar questões da experiência adulta, muitas vezes complexas para o universo infantil, mas que demandam mediação para possibilitar a leitura literária e construção própria de interpretações. Sobre a função da literatura infantil Nely Novaes Coelho (1982) destaca, “nesses tempos de crise cultural: cumprindo sua tarefa de alegrar, divertir ou emocionar o espírito de seus pequenos leitores ou ouvintes, leva-os, de maneira lúdica, fácil a perceberem e a interrogarem a si mesmos e ao mundo que os rodeia” (Coelho, 1982 p.03). Então, torna-se evidente que a relação entre literatura infantil e meio ambiente não é meramente instrumental, ela também oferece aos leitores experiências estéticas, afetivas e simbólicas que contribuem para a formação de uma consciência ambiental crítica.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo investigar, nas obras *A Grande Enchente*, de Sérgio Capparelli, e *Sagatrissuinorana*, de João Luiz Guimarães, a constituição das representações da exploração ambiental a partir dos tropos ecocríticos, por meio de uma análise comparativa dos elementos constitutivos da narrativa infantil, considerando as possibilidades de formação ética e crítica dos leitores em relação aos impactos ambientais. Fundamentada nos estudos ecocríticos — ainda limitados no Brasil, mas mais consolidados em diálogos com narrativas indígenas e outros campos literários —, a pesquisa busca contribuir para a ampliação do conhecimento na área da literatura infantil, seja pela análise de obras pouco estudadas, seja pela proposição de novas abordagens. De caráter qualitativo e interpretativo, o estudo distingue-se pela articulação entre literatura infantil, ecocrítica e filosofia ambiental, especialmente a partir dos tropos literários propostos por Greg Garrard e retomados por Debus e Debus (2018),

bem como pela perspectiva ecosófica de Guattari (2001). Essa combinação permite compreender como as obras analisadas denunciam, silenciam ou tensionam a relação entre seres humanos e o meio ambiente, mobilizando estratégias estéticas, éticas e processos de subjetivação, além de dialogar com as contribuições de Zilberman (2014) sobre o papel social da literatura infantil.

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira, intitulada “Fundamentos para uma Leitura Ambiental”, apresenta o percurso da literatura infantil em diálogo com as temáticas ambientais, bem como os conceitos de ecocrítica e ecosofia. A segunda, denominada “Tropos Ecocríticos em *A Grande Enchente*: o rio como personagem”, analisa o rio como elemento central da narrativa, destacando as representações dos tropos do mundo natural e do apocalíptico. A terceira seção, intitulada “Tropo Ecocrítico em *Sagatrissuinorana*: a lama como personagem”, examina a lama como personagem central, a partir do tropo predominante, o apocalíptico. Por fim, a quarta seção, “A Linguagem como Denúncia Explícita e Implícita em *A Grande Enchente* e *Sagatrissuinorana*”, mobiliza a linguagem como recurso de construção de subjetividades, por meio de uma análise ecosófica.

1 Fundamentos para uma Leitura Ambiental

1.1 A literatura Infantil e Juvenil e os temas ambientais

O surgimento da temática ambiental na literatura está relacionado ao crescente processo de industrialização. Conforme apontam Eliane Santana Dias Debus e José Carlos dos Santos Debus (2018), ao dialogarem com Ângela Balça e Fernando Azevedo, é possível traçar um panorama da presença dessa temática na literatura infantil, observando que cada etapa desse processo histórico se manifesta de forma distinta nas narrativas. Desse modo, as representações da relação entre ser humano e natureza passaram por diversas transformações ao longo do tempo, refletindo mudanças sociais, culturais e ambientais. Nesse contexto, Debus e Debus (2018) demarcam a década de 1970 como um marco fundamental para a consolidação da temática ambiental, a partir de dois acontecimentos relevantes. O primeiro, em nível mundial, refere-se à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), que evidenciou a relação entre os problemas ambientais, a industrialização e o crescimento tecnológico, impulsionando debates em âmbito internacional e nacional.

No Brasil, a discussão sobre as questões ambientais tem se intensificado em razão de diversos fatores, como o crescimento urbano desordenado, a implantação de usinas

hidrelétricas, o aumento das queimadas, os acidentes provocados por mineradoras e os impactos das mudanças climáticas, que resultam em alagamentos e desastres recorrentes. Nesse contexto, Debus e Debus (2018), ao traçarem uma perspectiva histórica das narrativas infantojuvenis, destacam obras como *Reinações de Narizinho* e *Os Rios Morrem de Sede* como exemplos da presença da temática ambiental na literatura. Para além dos personagens, os autores ressaltam a importância do espaço narrativo e do contexto histórico na construção dessas representações. Na literatura brasileira do início do século XX, observa-se a valorização de elementos naturais, especialmente os rios.

Em *A Menina do Narizinho Arrebitado* (1921), posteriormente ampliada em *Reinações de Narizinho* (1931), Monteiro Lobato constrói um ambiente rural que se apresenta como espaço de refúgio, descoberta e imaginação. O “Ribeirão”, também chamado de “Reino das Águas Claras”, é retratado como locus de contemplação, mistério e recurso natural, integrando fauna e flora ao universo infantil. Assim, o sítio configura-se como símbolo de exaltação da natureza e do ideal ufanista da época, articulando aspectos ecológicos e identitários.

Em *Os Rios Morrem de Sede* (1970), Wander Piroli propõe um olhar crítico sobre os recursos naturais ao estabelecer um diálogo entre passado e presente em um Brasil marcado pela industrialização. A narrativa acompanha um pai e um filho em uma pescaria, retomando experiências vividas na infância do patriarca, agora contrastadas com a degradação do rio. Antes espaço de lazer e sustento, o ambiente aparece poluído e impróprio, evidenciando a perda de vínculos com a natureza. Desse modo, a obra ultrapassa o caráter recreativo e assume a dimensão de um rito afetivo interrompido pela deterioração ambiental, conforme Zilberman, “O leitor pode aceitar incorporar o conhecimento adquirido a seu repertório de saberes, mas também ser convidado a algum tipo de ação que transcenda o imobilismo a que são jogadas as personagens que protagonizam as histórias de Piroli” (Zilberman 2014, p.106).

Outro exemplo da literatura infantil que aborda o meio ambiente é a série Dr. Alex da autoria de Rita Lee, publicados em 1986-1990 e republicados nos anos seguintes. As obras foram analisadas por Lima (2024) que destaca o pioneirismo da artista com temática de enfrentamento à exploração de animais e ativismo ambiental em um período em que não havia discussão sobre o assunto, “Dr. Alex escrita por Rita Lee tematizou a defesa da natureza, dos animais e das minorias, na presença do seu protagonista: um ratinho branco de laboratório.” (Lima, 2024, p.162).

O pioneirismo também aparece a partir da década de 90 em que temos o destaque da escrita sob a ótica indígena, Aguiar (2022) faz um panorama das literaturas literatura infantil e juvenil

brasileira de temática indigenista e indígena em que menciona *Histórias de índio*, lançado em 1996, por Daniel Munduruku retratando o nascimento até a vida adulta de Kaxi, o menino que desde a infância possui uma estreita relação com a natureza, o seu dia a dia é marcado pela presença dos animais e rios. Inserido nesse meio a vivência da criança é contrastada por um discurso sobre os estilos de vida do homem branco que revelam o egoísmo e desrespeito com os modos de exploração nas matas nativas, que causam poluição de rios e desmatam florestas, “Durante a cerimônia de batismo de Kaxi, o pajé faz um discurso denunciando a destruição trazida pelos pariwat (homem branco) devido ao uso de máquinas industriais nas matas nativas, causando desmatamento e poluição nos rios.” (Aguiar, 2022, p. 40). A narrativa evidencia a exploração com viés colonialista inserido desde a chegada dos portugueses no Brasil e que moldou profundamente a sociedade brasileira, uma tônica que vai muito além da exploração dos recursos hídricos, ela dialoga com as relações desses povos como protetores da terra e de seus recursos em geral. Trata-se de retratar identidades e realidades desses povos.

A partir desse paralelo e das principais características aqui elencadas, constata-se um percurso influenciado por diferentes períodos históricos. No primeiro estágio, denominado “exaltação”, a natureza é representada como um espaço intocado, que revela a harmonia entre o ser humano e o meio ambiente. O segundo estágio surge como “lamento”, marcado por um tom de tristeza diante das perdas ambientais e da percepção de que o retorno a esse equilíbrio se torna improvável em meio às grandes transformações sociais e econômicas. Já o terceiro estágio configura-se como uma forma de denúncia, não apenas da degradação ambiental, mas também das relações estabelecidas entre governo, sociedade e natureza.

1.2 Ecocrítica

Segundo Balarezo Andrade (2022), o termo *ecocriticism* tem origem nos estudos ecológicos do final do século XIX, mas consolida-se, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, a partir das ciências sociais, como perspectiva teórica voltada à análise das relações entre literatura e meio ambiente. No Reino Unido e nos Estados Unidos, a ecocrítica desenvolveu-se com o objetivo de investigar os vínculos entre cultura, natureza e produção literária, ganhando maior visibilidade por meio de simpósios, seminários, estudos de obras, resenhas e da fundação da *Association for the Study of Literature and Environment* (ASLE). Nesse contexto teórico, Greg Garrard propõe uma reflexão sobre os modos de representação da natureza na literatura,

a partir da qual Debus e Debus (2018) destacam a relevância de três tropos na constituição das narrativas infantis com temática ambiental: a pastoral, o mundo natural e o apocalíptico.

Nos dois primeiros a relação estésica com a natureza, numa compreensão das sensações e da relação com o meio de forma aprazível faz parte das representações; no último numa relação apocalíptica, por vezes desacreditada pelas versões proféticas de aniquilação da natureza, é uma das mais recorrentes pelos ambientalistas contemporâneos (Debus e Debus, 2018 p.39).

Os tropos representam as posturas do ser humano diante da natureza e a forma como se estabelecem essas relações em diferentes contextos culturais. O tropo pastoral é o estilo de representação em que a natureza aparece na dimensão da narrativa, seja na fuga do universo urbano, seja no âmbito comparativo, no qual o contraste entre realidades distintas corrobora uma ideia de harmonia natural e não revela as duras realidades do campo, como os trabalhos agrícolas.

Garrard (2006) destaca a inserção do tropo pastoral desde o Romantismo, radicado na cultura ocidental, no qual as poesias constituem as principais fontes. O autor descreve, ainda, duas distinções dentro do pastoral: a primeira, denominada distinção espacial, na qual o mundo frenético da cidade contrasta com o ambiente pacífico e farto do campo; e a segunda, chamada de distinção temporal, que opõe o passado idílico ao presente decadente. “Podemos descrever três orientações da pastoral em termos do tempo: a elegia volta o olhar para um passado desaparecido, com um sentimento de saudade; o idílico celebra um presente generoso; a utopia almeja um futuro redimido” (Garrard, 2006, p. 60). Embora idealizado, o tropo pastoral tende a encobrir a dureza da vida no campo e os conflitos sociais, funcionando mais como construção simbólica do que como descrição realista.

O tropo do mundo natural retrata a natureza em seu estado intocado e sublime. Ela é capaz de transformar e revigorar o ser humano, além de transmitir sentimentos de reverência. Nesse sentido, funciona como entidade sublime e transcendente, atuando como antídoto à degradação moral e material da vida urbana.

Trata-se de um constructo mobilizado para proteger determinados habitats e espécies, sendo visto como um lugar de revigoramento dos que estão cansados da poluição moral e material da cidade. O mundo natural tem valor quase sacramental: guarda a promessa de uma relação autêntica e renovada da humanidade com a terra, um pacto pós-cristão encontrado no espaço de pureza e calcado numa atitude de reverência e humildade (Garrard, 2006 p.88).

Para Garrard (2006), o tropo natural inicialmente destacava a natureza como um lugar intocado e separado do ambiente humano. No entanto, com o percurso histórico e o advento das colonizações, compreendeu-se que tais espaços intocados não existiam mais. Em seu lugar, assumiram-se novas concepções, como a de um lugar de perigo, refúgio, liberdade e pureza, seguindo os ideários judaico-cristãos. Como exemplos, tem-se o deserto utilizado por Abraão para fundar uma nação e por Moisés para a fuga e libertação de seu povo. Outro elemento central no tropo é a sublimidade, frequentemente representada em pinturas. Diferente do belo, que é meramente admirado, o sublime provoca um sentimento de respeito e temor diante de uma pureza e grandeza avassaladoras.

Quanto ao tropo apocalíptico Garrard (2006), por sua vez, destaca que a retórica apocalíptica “codifica a visão da imaginação profética” (p154), para isso alguns elementos são acionados como um alerta ou ameaça “material” por sua vez aparece como prenúncio do fim catastrófico e por meio dele é alimentado o sentimento de urgência seja numa tentativa de reduzir o colapso ecológico ou para destacar as consequências desastrosas de se ignorar tais avisos. Dessa forma, o perigo deixa de ser apenas uma previsão futura e passa a ser entendido como um processo já em andamento a relevância do conceito para pensar a escrita, que vai além do contexto acadêmico, mas contribui para debates e construção do pensamento crítico em reconhecer as relações entre homem e natureza ou repensar os hábitos de destruição.

1.3 Ecosofia

A palavra *ecosofia* tem origem no grego *oikos* (casa, lar, ambiente natural) e *sophia* (sabedoria, conhecimento). A partir dessa etimologia, compreende-se que o termo se refere à construção de uma consciência crítica acerca do próprio “lar”, entendido em sentido amplo, como resposta aos problemas ambientais, sociais e subjetivos. O conceito de ecosofia emerge do pensamento filosófico de Félix Guattari, filósofo e psicanalista francês, que desenvolveu essa ideia a partir da década de 1980. Trata-se de um paradigma estético-político voltado à reflexão sobre os desafios ecológicos contemporâneos, para além das limitações das estruturas de governo neoliberais, centradas no consumo e em soluções tecnocráticas fragmentadas. Ancorada na filosofia da multiplicidade (Guattari, 2001), a ecosofia propõe uma abordagem integrada que articula três dimensões indissociáveis: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade.

Enquanto o pensamento político capitalista tende a reduzir a crise ecológica a ajustes de mercado e a soluções individualizantes, a ecosofia defende a necessidade de transformações profundas, questionando a incapacidade das formações políticas hegemônicas de enfrentar a complexidade dessas questões em sua totalidade. Dessa forma, apresenta-se não apenas como crítica, mas também como uma alternativa à lógica predatória e imediatista do capitalismo.

A dimensão mental, como um dos pilares da ecosofia, refere-se às formas pelas quais os sujeitos pensam, sentem e se constituem socialmente. Nessa perspectiva, a subjetividade é compreendida como um campo dinâmico, influenciado por forças coletivas, como a mídia e a cultura, bem como por elementos não humanos, como as tecnologias e a própria natureza. Seu objetivo consiste em promover modos de existência mais criativos e menos alienados, rompendo com padrões repetitivos, como o consumismo e o conformismo, por meio de práticas estéticas, éticas e políticas.

Conforme exemplifica Vitkowski (2020), esse processo implica a reinvenção da relação do sujeito com o corpo, a psique e a sensibilidade, buscando “antídotos para a uniformização dos modismos e consumismos propagados pela cultura midiática” (p. 13). Nesse sentido, é possível estabelecer uma aproximação com as produções literárias, uma vez que a literatura convida o leitor a vivenciar experiências estéticas que envolvem imaginação, interpretação e sensibilidade, favorecendo a construção de novos olhares sobre o mundo e funcionando como espaço de resistência à padronização promovida pelos meios de comunicação de massa.

A ecologia social, por sua vez, está voltada ao desenvolvimento de práticas que favoreçam formas de convivência mais colaborativas, afetivas e menos subordinadas à lógica do capital e do poder centralizado. Ela abrange desde as relações cotidianas, no âmbito familiar, conjugal e comunitário, até as esferas do trabalho, da política e da economia. Para Vitkowski (2020), “a ecosofia social consistirá em desenvolver práticas que tendem a modificar e a reinventar maneiras de ser, seja no seio conjugal, da família, do contexto urbano ou do trabalho” (p. 13–14), evidenciando a centralidade das relações humanas na construção de modos de vida mais solidários.

No que se refere à ecologia ambiental, esta ultrapassa a perspectiva de exploração e dominação da natureza, propondo uma relação pautada no respeito, na sensibilidade e na sustentabilidade. Segundo Vitkowski (2020), ela “visa a um novo paradigma no trato com a natureza”, no qual plantas, animais e ecossistemas deixam de ser vistos apenas como recursos ou cenários passivos da ação humana. Nessa abordagem, defende-se o estabelecimento de relações éticas, recíprocas e criativas com todas as formas de vida, reconhecendo a

interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, Guattari (2001) defende que as três são indissociáveis para uma renovação do pensamento ecológico, e que se torna capaz de incentivar novas práticas. Nesse contexto aprofundaremos nossa análise a partir das construções de imaginários ecológicos evidenciados nas narrativas e as possibilidades que podem ser constituídos a partir do contato com a linguagem literária.

2. Tropos Ecocríticos em *A Grande Enchente*: O Rio como Personagem

A literatura infantil brasileira tem se mostrado um espaço fecundo para o desenvolvimento de narrativas que dialogam com questões sociais e ambientais contemporâneas. Nesse cenário, destaca-se a obra *A Grande Enchente*, de Sérgio Capparelli. Nascido em 1947, o autor é jornalista, poeta e professor universitário, com uma sólida trajetória voltada à produção literária para crianças e jovens, tendo sido agraciado diversas vezes com o Prêmio Jabuti. Publicada em 2021 pela editora LP&M, com ilustrações de Marcela Tamayo, *A Grande Enchente* foi selecionada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2022.

A obra apresenta uma narrativa poética inspirada em eventos reais de desastres naturais ocorridos no Brasil, buscando sensibilizar o leitor para os impactos da degradação ambiental. Capparelli aponta como inspiração para a escrita dois acontecimentos marcantes. O primeiro ocorreu durante sua infância, na cidade de Uberlândia, quando o vilarejo em que morava foi atingido por uma enchente que comprometeu a comunicação e a convivência entre as pessoas. O segundo teve início em 2020, durante a pandemia, período marcado pelo distanciamento social e pelo isolamento, experienciado pelo autor como uma situação semelhante à de uma enchente.

Nesse contexto, as ilustrações nas obras infantis desempenham um papel fundamental na construção de sentidos, especialmente quando associadas a temáticas complexas, como os desastres ambientais. Conforme destaca Graça Ramos (2011), as crianças assimilam os conteúdos com maior rapidez quando há a presença de imagens, uma vez que se encontram em uma fase do desenvolvimento em que formas, sensações e texturas ainda estão “à flor da pele”. A autora ressalta que as ilustrações não apenas complementam o texto verbal, mas também podem ornamentar, detalhar, antecipar informações ou, ainda, construir uma narrativa própria e paralela à escrita. Diante disso, a análise das obras selecionadas contempla tanto o plano verbal quanto o visual, considerando que a leitura das imagens é fundamental para a apreensão

da dimensão estética das obras e para o aprofundamento do entendimento das estratégias narrativas utilizadas na abordagem de temas sensíveis.

A Grande Enchente narra a história de uma comunidade afetada pela cheia de um rio, cujos moradores vivenciam o dilema do isolamento e da separação após a destruição da única ponte que liga o local à cidade. Além disso, a obra propõe uma reflexão sobre o futuro dessas famílias no período posterior às cheias e ao processo de reconstrução após a tragédia. A narrativa é conduzida em primeira pessoa, sem a explicitação, no plano verbal, de um narrador-personagem claramente identificado, o que sugere que a voz narrativa pertence a um integrante da comunidade atingida pela enchente. No entanto, por meio das ilustrações, torna-se possível atribuir essa narração a uma personagem que acompanha todo o desenvolvimento da história.

Dessa forma, destaca-se o papel das imagens como produtoras de novas camadas narrativas e de sentidos. No plano visual, o foco recai sobre a personagem presente na capa (Figura 01), que, em uma embarcação, percorre o curso da enchente e, ao longo da narrativa, encontra os demais personagens durante suas visitas. Esse percurso visual reforça sua centralidade na condução da trama e na mediação das experiências vividas pela comunidade.

Figura 1 - Capa *A Grande Enchente*



Fonte: Caparelli, Tamayo, 2021, capa e contracapa.

Em *A Grande Enchente*, Caparelli articula em sua narrativa a existência de dois tropos centrais à abordagem ecocrítica: o natural e o apocalíptico. Na perspectiva de Garrard (2006), o tropo apocalíptico representa a natureza como força destrutiva e incontrolável. Essa concepção aponta para o nosso primeiro personagem, o rio, que aparece com a capacidade de destruir o espaço e desestruturar emocionalmente os moradores da região, assim a enchente suscita o colapso não só ambiental, mas revela tensões entre civilização e natureza.

O rio Arai como personagem central da trama aparece nas primeiras páginas com protagonismo, ele está presente em todo o cenário preenchendo os espaços e atua diretamente sobre os acontecimentos: ele “sobe”, “transborda” e “inunda”, verbos que o posicionam como causador dos eventos na página 03, esses verbos atribuem uma vontade própria ao rio ao mesmo tempo que assume uma vilania já que ele colapsa a rotina dos moradores.

Em contraste, as ilustrações das páginas 02 e 03, demonstradas na Figura 2, que apontam para uma ambiguidade, onde observamos a coexistência do lixo com alguns elementos: os que do rio (peixes), com os que são de uso humano e representam os personagens que aparecerão na narrativa como (bola, livro, porta-retratos, xícara) e vestígios de lixo (lata de refrigerante, uma roda). Esse recorte se torna mais evidente com a disposição das páginas em sentido horizontal que representa a extensão e percurso do rio e por meio disso temos acesso a essa divisão. Logo, essas duas leituras convocam o leitor a questionar os eventos que sucederam até o transbordamento do rio.

A vilanização do rio na narrativa corrobora a ideia de que ele seria o agente causador do desastre por si próprio, sem a interferência humana. Essa perspectiva funciona, também, como uma forma de culpabilização e de autojustificação por parte dos sujeitos que habitam aquele espaço, uma vez que as causas do evento não são explicitadas de maneira clara. Tal representação dialoga com a dimensão da ecologia mental proposta por Guattari (2001), ao evidenciar duas formas de o sujeito perceber seu papel como habitante do mundo: responsabilizando o outro ou assumindo a própria responsabilidade diante das problemáticas vividas.

Figura 2 - Páginas 02 e 03: Divisão do Rio



Fonte: Caparelli, Tamayo, 2021, p. 2-3.

A página 04 é iniciada com a retomada das ações do personagem, mas ganha uma dimensão ainda maior por meio da ilustração (Figura 3), que passa de uma imagem ampliada do rio para uma representação da dimensão da destruição, seguida do texto em que o autor se utiliza de forma objetiva e intensifica a gravidade do evento: “Levou embora a ponte que une as duas margens e isolou a parte da cidade. Muitos moradores perderam suas casas” (Caparelli; Tamayo, 2021, p. 3). A sequência dos verbos evidencia uma ação rápida e incontrolável, intensificando a urgência das atitudes a serem tomadas para garantir a segurança. Esse recurso linguístico insere o leitor na experiência de instabilidade e perda. Assim como o verbo “isolou” elucida a dimensão social, a ponte que caiu aparece como símbolo do rompimento das conexões que existiam não apenas com o espaço, mas com toda a comunidade.

Figura 3 - Páginas 04 e 05: A Ponte



Fonte: Caparelli, Tamayo, 2021, p. 4-5.

Na página 20 essa representação do rio como força destruidora continua quando o narrador afirma: “Tudo isso por causa da cheia que levou a ponte. Tudo isso por causa do rio Araí, que saiu do leito e destruiu tudo” (Caparelli, Tamayo, 2021, p. 20). A repetição enfática da expressão “tudo isso por causa de” direciona a culpa para o rio, como se ele fosse o único responsável pela tragédia ao mesmo tempo que provoca a leitura da tensão implícita em que a cheia não é apenas um evento natural, mas o resultado de uma relação marcada por negligência ou descompasso entre o espaço urbano e o ambiente natural. A ambiguidade da culpabilização fica mais evidente com o recurso da ilustração na Figura 4, em que não há margem entre rio e moradia e nem proteção dessas áreas com vegetação, o pouco de vegetação que aparece é em número reduzido dando a entender que existiu esse recurso antes do povoamento, já as casas

que são levadas na enchente estão em terreno irregular isso sugere uma crítica sutil à forma como os seres humanos lidam com os limites da natureza. Assim, a narrativa infantil ativa o tropo apocalíptico não apenas para representar a catástrofe, mas também para provocar uma reflexão crítica sobre a responsabilidade compartilhada nesse colapso.

Figura 4 - Páginas 20 e 21: Casas Desmoronando



Fonte: Caparelli, Tamayo, 2021, p. 20-21.

Apesar dessa força catastrófica, torna-se evidente, na metade da narrativa, em determinados momentos, a mobilização do tropo natural, o qual apresenta a natureza como parte do cotidiano dessa comunidade. Desde o início, o Araí aparece como elemento constitutivo da identidade do lugar, e Tamayo promove a integração desse espaço ocupado pelo rio nas páginas 02 e 03 ao apresentar os objetos que fazem parte da essência dos personagens e a vida marinha entre eles, ou seja, compartilhando o mesmo espaço e rompendo com processos dualistas.

Segundo Guattari (2021), “mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura, e precisamos aprender a pensar ‘transversalmente’” (Guattari, 2021, p. 24). Nessa representação, a natureza não é separada da comunidade, mobilizando uma ecologia social na qual há integração a partir de uma visão igualitária, enquanto a narrativa evidencia a interdependência entre ser humano e meio ambiente. Posteriormente, essa perspectiva torna-se ainda mais evidente na descrição das páginas 30 e 31, que representam um possível futuro para essa comunidade. No trecho “Sairemos com nossos pais para passear e, junto com nossos amigos e amigas, jogaremos bola e tomaremos sorvete” (Caparelli; Tamayo, 2021, p. 31), o narrador anuncia a retomada da normalidade, agora inserida em uma realidade transformada.

Figura 5 - Páginas 30 e 31: Araí regenerado



Fonte: Caparelli, Tamayo, 2021, p.30-31.

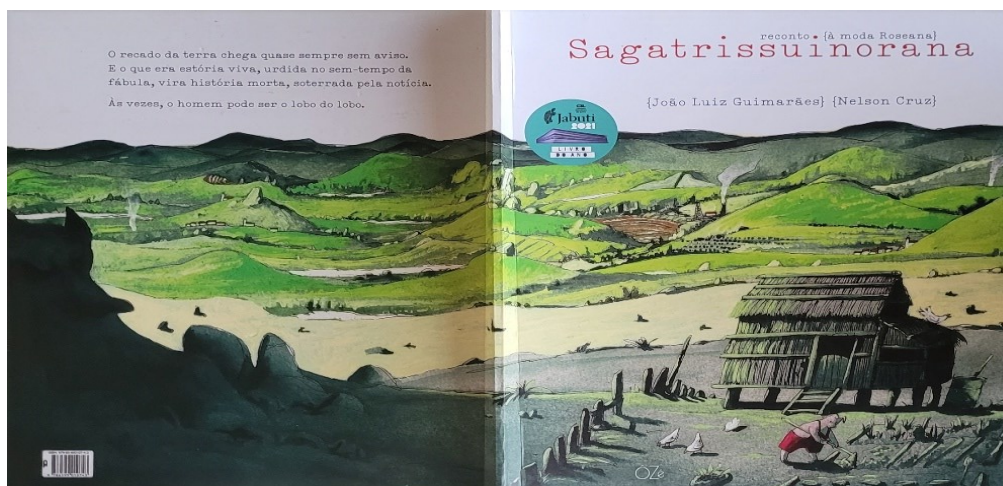
A ilustração apresentada na figura 5 acompanha o desfecho e reforça visualmente o tropo natural, as margens do rio está repleta da vegetação e o próprio rio assume águas tão límpidas, azuis e plenas como o céu enquanto a família desfruta do momento em felicidade e retomada dos momentos de lazer no próprio Araí. Esse trecho não sinaliza apenas uma possível volta a essa realidade e o rio que deixa de ser ameaça para se tornar cenário de afeto e equilíbrio, como também ativa o tropo natural, associado à idealização da natureza como espaço de harmonia pela própria noção de regeneração do espaço e das pessoas.

3. Tropo Ecocrítico em *Sagatrissuinorana*: A Lama como Personagem

O livro *Sagatrissuinorana* escrito por João Luiz Guimarães e ilustrado por Nelson Cruz, foi publicado pela ÔZé Editora em 2020, recebeu o Prêmio Jabuti em 2021 como livro do ano. Guimarães nasceu no Rio de Janeiro em 1969, passou a infância em Vancouver, no Canadá. É roteirista, jornalista e autor de livros infantis como *Papo reto e papo curvo* e *Vupt*. *Sagatrissuinorana* evidencia um cenário devastado por causas humanas e se destaca pela estrutura narrativa inovadora, construída em uma tríade, como aponta Mikaela Pereira da Silva (2024). Inicialmente, o texto apresenta-se como um reconto do clássico “*Os Três Porquinhos*”. Com a presença dos quatro personagens, a história é movida pela tentativa dos porcos de se protegerem do lobo por meio da construção de suas casas, duas das quais são destruídas, conduzindo a um desfecho moralizante que valoriza o trabalho árduo. Guimarães retoma essa sequência conhecida, no entanto a subverte ao introduzir um novo elemento narrativo: após a

chegada dos porquinhos à última casa, tanto eles quanto o lobo tornam-se vítimas de um monstro ainda mais ameaçador, a lama. Esta surge como um novo personagem, devastando tudo e todos, e deslocando o foco do embate entre bem e mal para uma catástrofe maior, de ordem ambiental e coletiva.

Figura 6 - Capa *Sagatrissuinorana*



Fonte: Guimarães, Cruz, 2020, capa e contracapa.

As páginas 04 e 05 antecipam todo o drama ambiental e humano da narrativa e faz isso inicialmente com uma palavra: “Nonada”, termo utilizado pelo escritor Guimarães Rosa no início da obra *Grande Sertão: Veredas* (1956) que pode ter valor semântico de “o nada” “não é nada”, que pode assumir uma leitura de “no nada” para exemplificar o espontâneo, outro elemento que reforça essa interpretação é a organização visual da ilustração, cores e símbolos visuais da narrativa com tons esverdeados, acinzentados e negros, o cenário se divide em dois espaços contrastantes: de um lado, uma vila simples, cercada por morros, rios e áreas verdes; do outro, estruturas industriais como maquinários, esteiras e grandes chaminés, que representam a presença massiva da mineração. A separação entre esses dois espaços é atravessada por um detalhe quase imperceptível, uma pequena explosão de lama entre montanhas e casas, que indica, de forma sutil, mas inquietante, a iminência do desastre. Acionando o conceito ecocrítico do tropo apocalíptico, que se revela no prenúncio do desastre que ocorrerá na história, todos os elementos acionam uma interpretação antecipada do que será exposto.

O tropo apocalíptico é construído inicialmente com os sinais de exploração, na ilustração as cores verde-escuras contrastam com o verde claro destacando os pontos de extração de

recursos naturais e o maquinário. Para Garrard (2006) o tropo apocalíptico não se restringe a representação do fim, mas constitui uma codificação profética, mobilizando os sinais precursores do desastre, que acontece na narrativa, o cenário rural aparentemente pacato é tensionado pela presença de maquinários de mineração que fragmentam a paisagem e instauram uma lógica de intervenção técnica e extrativista e desloca a responsabilidade para a materialidade industrial que ocupa o território.

Portanto, o apocalipse não emerge como evento súbito, mas como processo silencioso e naturalizado, configurando-se como crítica à normalização da exploração ambiental. Desde a abertura, a narrativa evidencia que o colapso não é fatalidade, mas resultado de uma racionalidade produtivista que já inscreve na paisagem os traços do fim anunciado.

Figura 7 - Página 04 e 05: A Lama



Fonte: Guimarães, Cruz, 2020, p.04-05

A primeira exibição da Lama embora pouco evidente já é um sinal claro da ação latente do personagem desde o início da narrativa no recurso visual construindo uma crítica à exploração ambiental silenciosa e contínua, sustentada também pelos tons terrosos e escuros que dominam a cena. Na página seguinte essa exploração ganha dimensões ainda mais claras com a ampliação visual da lama e ainda sem a presença dos demais personagens, a explosão ganha força, mistura-se às águas do rio e desce em direção à vila. Essa progressão sugere a transformação gradual da nossa personagem com força ativa de destruição, cujo impacto cresce à medida que avança.

O recurso textual da página 07 intensifica a ambiguidade entre o real e o narrado, entre o que é vivenciado e o que é silenciado - “Fatos que ouvi não foram de fato. Ou quase.” (Guimarães e Cruz, 2020, p 07) essa hesitação revela uma espécie de apagamento coletivo, ou

mesmo uma recusa em nomear o desastre, e que reforça o apagamento histórico-social que muitas vezes acompanha tragédias ambientais causadas pela ação humana. Assim, a narrativa, tanto verbal quanto visual, tece uma crítica à maneira como esses eventos são diluídos no tempo, como se fossem apenas ruídos, e não consequências de políticas extrativistas e negligência ambiental, desse modo, a lama começa a assumir não apenas o papel de personagem, mas de denúncia.

A partir do momento em que a narrativa alcança o clímax do último "bufo" do lobo, a lama deixa de ser apenas pano de fundo e passa a ser figura central, ativa e ameaçadora. A quebra da história tradicional se concretiza quando, contrariando a expectativa do lobo destruir a casa do último porquinho, é a lama que atravessa o vale como um ser faminto: "E a Lama trespassou o vale no meio do redemunho, mastigando, banguela, com suas gengivas de terra, o tão frágil e breve corpo." (Guimarães, Cruz, 2020 p. 21) nesse recorte, a metáfora é explícita — a lama é uma criatura monstruosa, sem dentes, mas ainda assim capaz de devorar tudo. O texto abandona explicações metafísicas e atribui a destruição à "ruindade humana", deslocando a culpa para ações concretas, para a degradação ambiental provocada pela mineração.

As ilustrações reforçam essa leitura ao mostrarem a onda de lama em tom avermelhado, cheia de detritos — madeira, pneus, móveis — como se regurgitasse os rastros da civilização. Os Porcos em fuga e um Lobo perplexo evidenciam a inversão do papel de ameaça: já não é o Lobo que assombra, mas a lama. Essa virada narrativa e imagética aponta para o colapso definitivo das estruturas frágeis da vila.

O tropo apocalíptico também articula momentos de negação ou falsa segurança antes da irrupção de uma catástrofe, isso aparece na narrativa, "três porcos porcando-se no interno de uma casa de tijolos; como se cofre. – Essa você não derruba! – gritaram." (Guimarães, Cruz, 2020 p. 19) existe uma ilusão de proteção que precede o desastre. Ao evocar o conto tradicional, a obra mobiliza um imaginário de invulnerabilidade utilizando a casa de tijolos, que simboliza resistência e triunfo sobre a ameaça. Contudo, a metáfora "cofre" intensifica essa percepção de blindagem, sugerindo solidez e garantia de proteção, o texto encena a confiança excessiva que configurando uma falsa consciência produzida por um modelo de desenvolvimento que os leva a acreditar que podem se blindar dos seus próprios excessos.

Outro elemento narrativo que evidencia esse prenúncio é o termo 'defunto adiado' p.16, a obra produz sujeitos com marca da ruína e diferentemente da ameaça externa e súbita, o que se anuncia aqui é um fim já decretado, ainda que momentaneamente suspenso. O adiamento não elimina o desastre; apenas o difere no tempo.

Já o desfecho de *Sagatrissuinorana* se dá em uma atmosfera de devastação completa, tanto visual quanto textual e o tropo apocalíptico fica mais evidente. A página 22 que reúne os dizeres “delobodeporcodecasadetudo” em uma única palavra condensada e caótica representa, graficamente, a aniquilação dos personagens e de suas histórias: o lobo, os porcos, as casas — tudo é tragado pela lama, como mostram as ilustrações. Essa palavra aglutinada, sem pausas ou respiros, mimetiza o atropelo da destruição e a impossibilidade de organizar o que foi perdido. Já nas páginas seguintes, os tons de vermelho intenso que evocam tanto o sangue quanto o rejeito de minério, criam um cenário apocalíptico. A linguagem se fragmenta ainda mais em: “foi o que me chegou, se muito. Porque todo conto pode ser recontado à vera. E quem haverá de? — se antes” (Guimarães, Cruz, 2020 p.24-25).

Figura 8 - Página 24 e 25: Cenário Aniquilado



Fonte: Guimarães, Cruz, 2020, p.24-25.

O narrador aponta a incerteza da memória e da forma que as histórias são reconstituídas, lançando ao leitor a responsabilidade de reconstruir ou recontar os destroços dessa história e analisar se realmente o que aconteceu partiu do ponto em que fora descrito é a representação da dualidade entre o que real e a deturpação dessa realidade. O apagamento não é apenas físico, mas também metafórico: o texto evidencia as verdadeiras problemáticas que causaram o desastre, algumas ainda justificadas ou desconhecidas por parte da população, como a relação exploratória entre homem e natureza e a ganância que permeia esse modelo de destruição.

4 A Linguagem como Denúncia Explícita e Implícita em *A Grande Enchente* e *Sagatrissuinorana*

A partir das seções anteriores, é perceptível que ambas as obras, embora distintas em forma e estilo, compartilham um compromisso com a reflexão ecológica, propondo diálogos que transcendem com a realidade social e ambiental brasileira, elas dialogam com dois tropos centrais da ecocrítica: o natural e o apocalíptico. Em *A Grande Enchente*, o rio Araí ganha protagonismo como agente ambíguo — simultaneamente vítima e vilão — revelando os impactos do descaso humano sobre o ambiente, mas também abrindo espaço para a reconstrução simbólica e a esperança. Já em *Sagatrissuinorana*, a lama assume contornos de personagem monstruoso, silencioso e devastador, emergindo não apenas como força natural, mas como resultado direto da ganância e da exploração ambiental. Ambas as narrativas mobilizam palavras, silêncios e imagens para tensionar o olhar do leitor e provocar a reflexão sobre os modos de vida e os efeitos das ações humanas.

A fragmentação da linguagem, os contrastes visuais e os desfechos simbólicos apontam que, mesmo diante do colapso, ainda há espaço para imaginar futuros possíveis — mas apenas se estivermos dispostos a rever a nossa relação com a terra e com os outros seres vivos. Para o público infantil essas narrativas não apresentam apenas um mundo em crise, mas potencializam o pensamento crítico a ação coletiva ou individual de transformação dos modos de habitar funcionando como convite à criança para perceber o seu lugar no mundo.

Sendo assim, as obras *A Grande Enchente* e *Sagatrissuinorana*, mobilizam recursos narrativos e visuais que extrapolam a representação ambiental, convocando o leitor a uma reflexão ética profunda sobre as relações entre humanidade, natureza e modos de existência. A partir da perspectiva da ecosofia, proposta por Félix Guattari (2001), que articula três registros interdependentes — o ambiental, o social e o subjetivo —, é possível compreender como essas narrativas constroem formas de resistência, denúncia e ressignificação frente aos colapsos ambientais vivenciados, cada uma a sua maneira.

Em *A Grande Enchente* é evidenciada diferentes estratégias de denúncia. A primeira comprovação é o silêncio na culpabilização dos sujeitos, os verbos de ação atribuído ao rio Araí e por vezes à própria chuva “Tudo isso por causa da chuva que não para de cair” (Caparelli e Tamayo, 2021 p.22) o vínculo entre homem e meio ambiente é tensionada pela responsabilização da natureza, mas em outros aspectos denuncia que essa relação é bem mais profunda, como os dois planos apresentado nas páginas 01 e 02 em que Tamayo coloca nas mesmas águas o que representa aquela comunidade, ilustrando tanto os objetos pessoais desse povo como os riscos ali implícitos nesse contato, como a disseminação do lixo e destruição de

vegetação local. Essa justaposição de elementos reforça a conexão entre o modo de vida humano e os efeitos sobre o ambiente, sugerindo que a cheia é também consequência de práticas negligentes e da ocupação desordenada do espaço.

Caparelli ainda convida o leitor a uma reflexão sensível por meio do diálogo direto: “Já pensou?”, “Já imaginou?”. Esses questionamentos repetidos na narrativa funcionam como recursos poéticos que aproximam afetivamente o leitor da experiência dos personagens, despertando empatia e promovendo um envolvimento emocional com aquela comunidade atingida. Trata-se de uma convocação à prática coletiva, à reconstrução e à avaliação crítica da tragédia vivida, não como algo distante, mas como parte de um drama ambiental que nos atravessa enquanto sociedade. Caparelli constrói uma narrativa que evoca o cotidiano familiar de muitos leitores para, a partir dessa identificação, provocar reflexões sobre o futuro: como as ações do presente podem reverberar e transformar nossos modos de viver mobilizando a ecosofia mental. A casa, espaço simbólico de proteção e pertencimento, torna-se o primeiro lugar a ser reconstruído, operando como um chamado à responsabilidade ética e ecológica sobre os ambientes que habitamos e sobre a urgência de novos hábitos para preservar o que ainda pode ser cuidado, funcionando como aspecto da ecosofia ambiental.

A ecosofia social se expressa de maneira marcante através do isolamento físico e afetivo da comunidade atingida pela cheia do rio Araí. O transbordamento não apenas destrói casas, mas rompe laços, interrompe a rotina e impõe uma nova organização social forçada pela tragédia. O texto menciona que o rio “levou embora a ponte que une as duas margens e isolou parte da cidade” (Caparelli e Tamayo, 2021 p.04), um trecho que simboliza tanto a separação física quanto o rompimento simbólico entre as pessoas e seu território. Esse isolamento convida à reflexão sobre a vulnerabilidade de comunidades periféricas, que enfrentam sozinhas os efeitos da negligência ambiental e da ausência do poder público. A ecosofia social, nesse caso, tensiona a responsabilidade coletiva e aponta para a necessidade de repensar os vínculos entre o urbano, o social e o natural.

A estratégia narrativa, portanto, não é apenas a de silenciar, mas a de deslocar a responsabilidade, produzindo um campo de ambiguidade que convida o leitor à reflexão crítica. Dentro de uma perspectiva ecosófica, essa ambivalência revela uma ética do cuidado ainda em construção, marcada por gestos de reconhecimento da natureza como sujeito, mas também pela dificuldade em admitir o papel da ação humana na intensificação dos desastres ambientais, esses dados permitem ao leitor construir diversos atravessamentos acerca do seu papel e ações a desenvolver pelo meio em que vive. Os acontecimentos que movimentam a trama produzem

um desencadeamento de gatilhos ecológicos por meio do confronto das forças da natureza ou na perda, proporcionando uma reavaliação da relação com o rio, com o território ou consigo mesmo.

Em *Sagatrisuinorana*, o tom da enuncia é instaurado já nas dedicatórias que abrem e encerram o livro: “Para todos que são de Bento. Para todos que são de Bruma.” (Guimarães e Cruz, 2020, p.03) e “Este livro é dedicado à memória das vítimas das tragédias de Mariana (05/11/2015) e de Brumadinho (25/01/2019) – Minas Gerais, Brasil.” (Guimarães e Cruz, 2020, p.27). A obra firma, desde o início, um compromisso ético com a memória coletiva e com a denúncia de crimes ambientais marcados por negligência, silenciamento e impunidade. A lama como personagem também assume uma dimensão simbólica ampliada, a partir dessas informações, representando não apenas o desastre físico e ambiental, mas também o acúmulo da negligência, da corrupção e da ganância humana. Sua presença crescente e silenciosa ao longo da narrativa visualiza a sujeira ética e moral que escorre das estruturas de poder. Essa lama, que emerge discretamente entre montanhas e casas e culmina em uma onda avassaladora, carrega os rastros de uma violência histórica e estrutural, muitas vezes ligada a processos de exploração do território e das populações vulnerabilizadas.

A coloração avermelhada da lama, misturada aos resíduos industriais (pneus, cadeiras, destroços), que reforça o impacto da mineração e metaforiza as imbricações étnico-políticas do abandono: comunidades tradicionais e rurais são as mais afetadas por esses rompimentos e, não por acaso, também as menos ouvidas. Logo, a representação da lama é o testemunho visível da ecologia ambiental ferida, tais espaços são violentados pelas decisões humanas, seja nas esferas econômicas ou políticas, além de trazer à tona o eixo da ecologia social em que os sinais de destruição manifestam a violência histórica, a lama cobre trajetórias e segue o mapa de desigualdades.

A frase “Fatos que ouvi não foram de fato. Ou quase.” (Guimarães e Cruz, 2020, p.07) explicita a incerteza da memória e da origem das narrativas, uma crítica à forma como os desastres são noticiados, distorcidos ou esquecidos, esses apagamentos funcionam como “controle de subjetividades”, segundo Guattari (2001), em que a mídia molda desejos, opiniões e até identidades. O uso do lobo, tradicionalmente associado à força destrutiva e ao mal nas fábulas infantis, é ressignificado: ao soprar as casas dos porcos, seu último bufo é interrompido pela onda de lama onde ele próprio também é tragado por ela. Essa reviravolta desfaz o maniqueísmo clássico e desvia o foco da culpa individual, transferindo a crítica para uma lógica estrutural, sistêmica e impessoal de destruição.

Ao transformar o lobo em vítima, a narrativa denuncia a “ruindade” que ultrapassa a figura do vilão e recai sobre a ação humana coletiva, especialmente aquela motivada pela ganância e pela lógica exploratória. Esse signo “ruindade” funciona como um marcador ecosófico ao deslocar a responsabilidade do lobo para a interferência humana, a obra explicita que a verdadeira destruição não advém da natureza, mas das práticas sociais, econômicas e predatórias. Sob a lente das ecologias, essa “ruindade humana” é manifestada na ecologia social pela ganância empresarial e abandono histórico das populações vulneráveis atingidas; e na ecologia mental por uma subjetividade anestesiada, habituada a normalizar a devastação e os métodos exploratórios.

O rompimento com o final redentor da fábula tradicional se dá de forma brutal: a destruição total (“delobodeporcodecasadetudo”) substitui a moral edificante por um desfecho trágico. O livro exige que o leitor confronte a dor e a ruína, não oferecendo consolo, mas sim luto, memória e responsabilização. Essa escolha marca profundamente a abordagem ética da narrativa, que convoca o leitor à escuta, à indignação e à tomada de consciência sobre a devastação humana e ambiental que se repete sob os escombros da mineração, não há mais separação entre espaço e personagens, não existe mais só os porcos ou só a lama, é tudo isso junto, todos são responsáveis e todos sofrem e perdem com tamanha destruição.

Em *Sagatrissuinorana* o paradigma estético-ético-político representa uma resposta radical à crise contemporânea, propondo nada menos que uma reinvenção das relações humanas consigo mesmas, com os outros e com o planeta. A ecosofia subjetiva ou mental é articulada nas implicações do consumo e extração de recursos naturais, nos elementos ilustrativos da obra, o maquinário anuncia o sistema econômico capitalista e predatório, logo essa comunidade é assolada pela relação entre esse sistema. Enquanto a ecologia subjetiva também se instaura no estranhamento linguístico, o tom trágico e o apagamento da fábula tradicional instalam uma sensibilidade crítica e provocam o leitor a reconstruir os sentidos da narrativa, questionando os discursos sobre as tragédias ambientais.

Essa provocação também fica evidente no conformismo que aparece com o efeito perverso da banalização das tragédias ambientais, que, ao se repetirem, vão sendo absorvidas como parte do cotidiano. Os porcos e o lobo seguem o roteiro do conto clássico — constroem casas, assopram, fogem — enquanto, nas ilustrações, a lama cresce silenciosa, quase ignorada. Essa apatia diante da ameaça crescente funciona como uma alegoria da sociedade que, diante de alertas e evidências, não rompe com o ciclo de exploração, omissão e consumo. O mesmo acontece com uma evidência narrativa em que a frase “Fatos que ouvi não foram de fato. Ou

quase.” (Guimarães e Cruz, 2020, p.07) reforça essa incerteza e passividade, como se não houvesse como agir ou reagir diante do que está por vir. Assim, o livro denuncia o conformismo como um efeito perverso da banalização das tragédias ambientais, que, ao se repetirem, vão sendo absorvidas como parte do cotidiano essa construção contraria a ecosofia subjetiva e provoca o leitor a reavaliar essa perspectiva.

Considerações Finais

A partir da análise das obras *A Grande Enchente*, de Sérgio Caparelli, e *Sagatrissuinorana*, de João Luiz Guimarães e Nelson Cruz, foi possível perceber como a literatura infantil pode atuar como espaço de sensibilização e crítica frente às crises ambientais. As narrativas analisadas, cada uma a seu modo, convocam o leitor a refletir sobre os impactos dos desastres socioambientais e as relações entre o ser humano e a natureza.

Os dados apresentados evidenciaram as dimensões complementares na representação da natureza e de seus impactos sobre a vida humana. O tropo apocalíptico se manifesta na construção dos desastres - a enchente e o rompimento da barragem - como eventos de ruptura, que evidenciam a negligência humana, a violência ambiental e a fragilidade das estruturas sociais diante das forças naturais. Esses acontecimentos são representados não apenas como catástrofes físicas, mas como símbolos da falência moral de um sistema fundado na exploração desmedida da terra e na indiferença com as populações mais vulneráveis, principalmente em *Sagatrissuinorana*.

Em contrapartida, o tropo natural surge na narrativa de *A Grande Enchente* como uma entidade sublime, quase transcendental, que conserva uma força regeneradora ou provocadora de consciência, remetendo ao contexto “casa” como uma relação de dependência. A natureza, mesmo quando devastadora, funciona como um antídoto à degradação moral e material da vida urbana, chamando à reflexão sobre o modo como habitamos o mundo e como reconstruímos laços com o ambiente e com os outros. Essa dupla função da natureza — como juíza e como horizonte de reinvenção — permite que as obras convoquem os leitores, a repensar suas próprias relações com o espaço, o consumo e o coletivo.

Constatamos que as duas obras apresentam, em suas narrativas, figuras como a Enchente e a Lama, elementos profundamente enraizados no cotidiano de muitas crianças brasileiras, especialmente daquelas que vivem em áreas de risco e vulnerabilidade social. Esses fenômenos,

que fazem parte da paisagem recorrente de comunidades afetadas por negligência ambiental e desigualdade social, são transformados em personagens que extrapolam o mero cenário para se tornarem simbólicos e críticos. Enquanto a *Enchente*, na obra de Caparelli, assume a função de separação e silêncio, provocando o isolamento e o apagamento das vozes comunitárias, a *Lama*, em *Sagatrissuinorana*, é presença sufocante, símbolo de morte e da impunidade que se alastra.

Em ambos os casos, os autores rompem com a naturalização desses eventos, muitas vezes vistos como “comuns” nas rotinas dos noticiários, e investem em recursos poéticos, visuais e estruturais que tensionam o leitor, despertando um olhar mais crítico sobre os desastres ambientais. Assim, em vez de tratar tais fenômenos como fatalidades naturais, as obras os colocam como resultados de escolhas humanas e abre possibilidades para uma leitura de construção de consciência ecosófica que articula afeto, crítica e responsabilidade, contrariando os padrões ofertados e estimulados pelos controles de subjetividades apontados nas três ecologias de Guattari (2001).

Considerando os objetivos desta pesquisa, analisar como as narrativas constroem as representações de meio ambiente por meio dos tropos ecocríticos e compreender sua potência formativa à luz das três ecologias de Guattari, os percursos aqui conduzidos demonstraram que os textos literários mobilizam imagens, tensões e simbologias capazes de revelar práticas de degradação quanto reconfigurações das relações humanas e natureza. Cada etapa investigativa evidenciou os tropos mundo natural e apocalíptico como ferramentas de leitura que ampliam a compreensão das estratégias narrativas. Ambas provocam rupturas com binarismos tradicionais homem/natureza, ética/política, funcionando como “máquinas produtoras de signos” defendida por Guattari (2001) que aponta para os modos de pensar, sentir e se relacionar podem ser moldados por máquinas de linguagem, imagens ou informações, essas máquinas (literatura) propõem um novo modo de estar no mundo.

No âmbito educacional tais resultados reforçam o potencial formativo da literatura infantil como um campo de produção de sensibilidades e pertencimentos, ao colocar as crianças em contato com narrativas que desestabilizam o antropocentrismo e por fim contribui para que elas desenvolvam empatia, consciência cidadã e vínculos com o território que vivem, a ecosofia a partir das ecologias mental, social e ambiental, corrobora que a discussão dessa temática deve estar em todos os espaços possíveis, o âmbito de ensino possibilita tais reflexões que podem subsidiar a elaboração de projetos de leitura que integrem literatura, memória, território e identidade cultural. Oferecendo aos professores suporte teórico-metodológico para práticas mais sensíveis às experiências e aos contextos socioculturais, cultivando leitores capazes de

reconhecer as interdependências com os espaços e seres vivos, imaginar futuros possíveis mais solidários e sustentáveis.

Como desdobramento deste estudo, considera-se pertinente ampliar a análise para outras narrativas que dialoguem com os modos de existir e resistir especialmente aquelas que incorporam perspectivas ecológicas ou que fazem denúncia tanto implícita quanto explícita rompendo com a panfletagem e trazendo um convite à reflexão crítica e afetiva, instaurando uma leitura ecosófica que atravessa os domínios subjetivo, social e ambiental.

Referências

AGUIAR, Daniela Rosa Oliveira de; **Contar Histórias Indígenas E Formar Leitores: Uma Leitura De Histórias De Índio, De Daniel Munduruku, E Apenas Um Curumim, De Werner Zotz.** 2022, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português/Literatura-Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19053/1/DROAguiar.pdf>, Acesso em: 18 jul. 2025.

ANDRADE, Diana Valeria Balarezo. 2022. “**Ecocrítica: Origens e Fundamentos**”. Kipus: Revista Andina de Letras e Estudos Culturais, nº 52 (agosto): 111-24. <https://doi.org/10.32719/13900102.2022.52.8>. Disponível em: <https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/kipus/article/view/3569>, Acesso em: 07 jul 2025.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CAPARELLI, Sergio; TAMAYO, Marcella. **A Grande Enchente.** Porto Alegre/RS: L&PM, 2020.

COELHO, Nelly Novaes. **A Literatura Infantil: história, teoria, análise: Das Origens Orientais ao Brasil de Hoje,** São Paulo, Quiron/Global 2ªEd.1982.

DEBUS, Eliane Santana Dias; DEBUS, José Carlos dos Santos. **As poéticas de cuidado com o meio ambiente na literatura infantil e juvenil brasileira.** *Dialogia*, [S. l.], n. 30, p. 35–46, 2018. DOI: 10.5585/dialogia.N30.10420. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/10420>. Acesso em: 08 jun. 2025.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica.** Trad. Vera Ribeiro. Brasília: Editora UNB, 2006.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990 11ª. Ed. 2001

GUIMARÃES, João Luiz; CRUZ, Nelson. **Sagatrisuinorana.** São Paulo: Ozê Editora, 2020.

LIMA, Norma Sueli Rosa. **Temas ambientais e fraturantes na Literatura Infantil de Rita Lee**. SOLETRAS, Rio de Janeiro, n. 49, p. 162-187, maio-ago.2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/soletras/article/view/84775>. Acesso em: 15 ago. 2025.

RAMOS, Graça. **A imagem nos livros infantis** - Caminhos para ler o texto visual. São Paulo: Autêntica Editora, 2011.

SILVA, Mikaela Pereira da. **Composições para o público infantil e a formação do leitor: análise comparativa entre a obra Sagatrisuinoirana e a versão do conto Os três porquinhos proposta pelo Programa Conta pra mim**. Cadernos CESPUC de Pesquisa. Série Ensaios., n. 45, p. 81-103, 2024.

VITKOWSKI, José Rogério. **A ecosofia como paradigma estético: enfrentando o mar de lama**. Eccos - Revista Científica, São Paulo, n. 53, p. 1-13, e16552, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n53.16552>, Acesso em 05 jun 2025.

ZILBERMAN, Regina. **Como e Por Que Ler A Literatura Infantil Brasileira**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014, 198p.